

JORNAL: *A Tarde*
CAD: 01

DATA: 13.10.93
PAG: 02



SMCS
Secretaria de Comunicação Social

PREFEITURA
DE SALVADOR
TRABALHANDO PARA VOCE

Assunto: Habitação

Movimento nacional retoma luta por direito à moradia

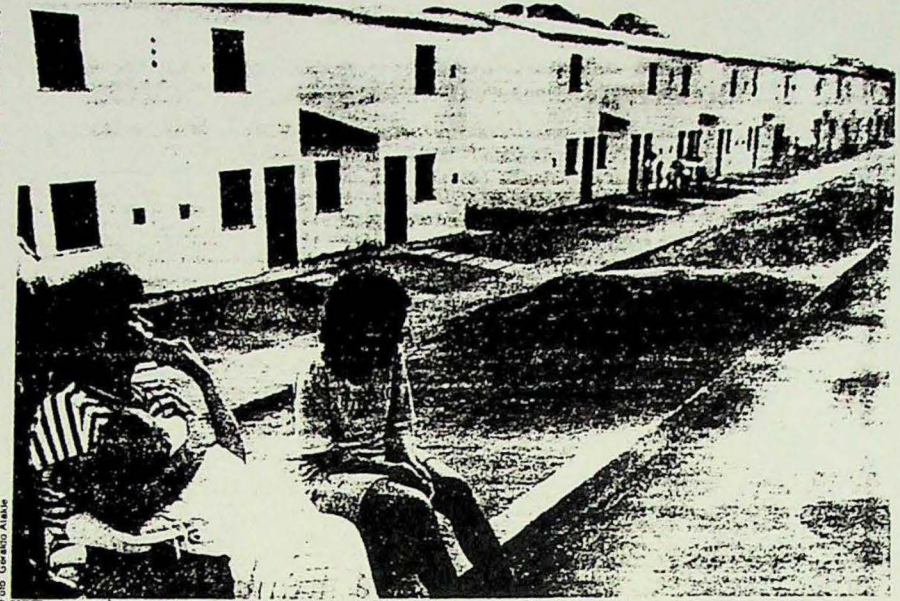
Apesar do Brasil registrar um déficit acima de 14 milhões de unidades habitacionais, existem mais de 200 mil casas e apartamentos fechados, ocupados ilegalmente ou com obras paralisadas. São conjuntos habitacionais, na sua maioria construídos com recursos do FGTS, que tiveram seus custos superfaturados, ou que não tiveram levantamento prévio de demanda, ou ainda, que sofreram reajustes que comprometeram toda a renda familiar dos beneficiários selecionados.

Este diagnóstico está incluído em um documento entregue em setembro para os ministros da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães, pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia e várias outras entidades sindicais e populares, que apresentaram também propostas de solução para o grave problema da falta de moradia em nosso País.

MARTÍRIO

Segundo Ronnie Barbosa, membro da executiva do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que participou em Salvador do encontro da Coordenação Eclesiástica de Serviços (CESE), a apresentação do documento que se denomina "Habitação Popular: a desgraça, o martírio e a solução", resultou na constituição de uma comissão executiva, formada por três representantes do governo federal e três representantes dos movimentos populares e sindicais, que vão tentar viabilizar e operacionalizar as propostas contidas no documento.

Para as lideranças e entidades envolvidas na luta pela moradia, não é preciso emenda constitucional, nem decisão do Supremo ou medida provisória, mas sim sensibilidade social, decisão, firmeza e vontade política. No documento eles cobram ação e mu-



Existem mais de 200 mil casas e apartamentos desabitados, embora haja milhões sem moradia

dança de postura dos agentes financeiros, dos empresários da construção civil, dos governos estaduais e municipais e do governo federal.

Ronnie Barbosa afirma que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que lutou contra a revisão constitucional, já começou a rearticular a mobilização, para no caso de haver a revisão, assegurar garantias mínimas, como os artigos 182 e 183 da Constituição, que tratam da Lei de Desenvolvimento Urbano, e que precisam ser regulamentados.

"A não-regulamentação destes artigos possibilita a especulação imobiliária os grandes grupos econômicos e inviabiliza aos municípios adotarem políticas de desenvolvimento compatíveis com a função social das cidades", observou Ronnie.

Ele assinalou que o movimento continua articulado e mobilizado no sentido de pressionar para que as políticas governamentais possam atender aos interesses da população. Em Salvador o movimento solicitou a prefeita

Lidice da Mata o engajamento da União dos Prefeitos, na luta pela moradia e pede também a população em geral que denuncie a existência de imóveis fechados, superfaturamento de construções, dificuldades para pagar as prestações dos imóveis junto aos agentes financeiros ou aumento abusivo das prestações. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia funciona na Avenida Annanquera, 3.019, sala 4, setor Universitário, Goiânia, Goiás, CEP 74610-010. Telefone (62) 261-6925.